



REPÚDIO ao Ministério da Educação e à Conferência Nacional de Educação (CONAE) pela condução das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma política pública que tem como objetivo melhorar e manter as iniciativas educacionais em todo o Brasil. Ele tem vigência de 10 anos, e atualmente se constrói o Plano para o período de 2024 a 2034. A Conferência Nacional de Educação (CONAE) é onde acontecem os debates para a elaboração do PNE.

Com relação às discussões sobre o novo Plano, destacamos:

- Não há metas para melhorar a qualidade da educação; foco em agendas corporativistas.

- O documento promove a divisão no país e desqualifica ideias políticas e pedagógicas discordantes, o que contraria a Constituição Federal.

- O direito dos pais de escolher a modalidade de ensino de seus filhos não é garantido, gerando insegurança jurídica e perseguição às famílias que praticam o *homeschooling*. Existe um tratamento preconceituoso e equivocado em relação ao ensino domiciliar, rotulando seus praticantes como "ultraconservadores". Os direitos dos pais de escolherem a educação religiosa e moral dos seus filhos são desrespeitados.

- O plano ataca a diversidade na administração escolar, negando potenciais parcerias entre o governo e o setor privado que poderiam beneficiar os alunos e retrata como extremistas aqueles que defendem esta modalidade na gestão da educação, ignorando experiências bem-sucedidas no Brasil e no exterior.

- Não há diversidade de pensamento nas escolas, impedindo um ambiente de respeito por diferentes perspectivas políticas e religiosas.

- A classificação equivocada do agronegócio como "ultraconservador", insinuando que é uma atividade predominantemente realizada por extremistas, levando a constantes ataques ideologicamente tendenciosos contra esse setor nas escolas.

- A abordagem ampla do tema de gênero e orientação sexual, adotando uma perspectiva baseada na ideologia de gênero e ignorando outras interpretações possíveis.



- O plano não exige melhores resultados aos agentes educativos, o que leva ao aumento do controle estatal sobre as escolas públicas e privadas.

- A omissão da restauração da disciplina na sala de aula, algo valorizado por muitos pais e professores, assim como a falta de clareza no desejo de combater a violência nas escolas, vinculando-a a opiniões políticas divergentes.

Por sua vez, o Fórum Nacional de Educação não representa a pluralidade política da sociedade, impedindo um diálogo verdadeiramente democrático sobre educação. Além disso, a falta de transparência na organização da CONAE, tem deixado os pais no escuro sobre a verdadeira agenda por trás do PNE.

Pelo exposto,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta MOÇÃO DE REPÚDIO ao Ministério da Educação e à Conferência Nacional de Educação (CONAE) pela condução das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Dê-se ciência desta deliberação a:

1. Deputado Estadual Rogério Santos;
2. Presidente da Câmara, Deputado Artur Lira;
3. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco;
4. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado André Prado.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2024.

DOUGLAS MEDEIROS